

CONSTRUINDO RELAÇÕES NO CAMPO ARQUIVÍSTICO NA LUTA POR JUSTIÇA¹

Wendy Duff (Faculty of Information - University of Toronto)

Sinto-me honrada por abrir este congresso e só lamento o fato de minha palestra ter de ser traduzida, pois não falo português. Considerando os três anos de esforço do mundo inteiro para superar a pandemia, o risco iminente de uma grave recessão mundial e ainda as mudanças climáticas e o agravamento das desigualdades sociais e econômicas, todas as associações profissionais deveriam ser tão visionárias como os organizadores da Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia; os congressos profissionais têm de abordar de que forma cada profissão pode contribuir para fortalecer as democracias e responder ao clamor por justiça.

Antes de iniciar minha apresentação, quero fazer uma menção ao território onde trabalho na Universidade de Toronto. Há milhares de anos, o local é considerado território tradicional dos povos Huron-Wendat, Seneca, e Mississauga da nação Credit. Hoje, este local de encontro continua sendo lar de diversos povos indígenas ao longo de toda Turtle Island, e sou grata pela oportunidade de trabalhar neste território. Quero destacar ainda que minha apresentação traz referências a um projeto de pesquisa atual que inclui vários pesquisadores. Cheryl Regehr, Henria Aton, Jessica Ho, Christa Sato, Taylor Voss e 21 arquivistas contribuíram para esse projeto e me ajudaram a embasar minhas considerações.

¹ O texto original em inglês, *Building Archival Relationships in the Fight for justice* foi traduzido por Elenice Barbosa de Araújo. A revisão técnica da tradução foi realizada por Aline Lopes de Lacerda e Luciana Heymann, pesquisadoras do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

A pandemia espalhou muita dor e sofrimento no mundo inteiro nos últimos três anos, mas sabemos que seu impacto não foi sentido de maneira homogênea.

Logo no início da COVID-19, um relatório das Nações Unidas alertava que

a garantia dos direitos humanos para todos impunha um grau de desafio próprio para cada país. A crise na saúde pública rapidamente se tornou, simultaneamente, uma crise social e econômica e uma crise de proteção aos direitos humanos.... A crise da COVID-19 exacerbou a vulnerabilidade dos menos favorecidos na sociedade. Ela vem denunciando a profunda desigualdade social e econômica e os sistemas de proteção social e sanitário inadequados que exigem atenção urgente como parte da resposta de saúde pública. Homens e mulheres, crianças, jovens e idosos, refugiados e imigrantes, pobres, portadores de deficiências, detentos, minorias, indivíduos LGBTI, entre outros, foram afetados de formas diferentes. Temos a obrigação de assegurar que todos sejam protegidos e incluídos na resposta a esta crise.” (ONU, 2022, np)

A pandemia acentuou diversas desigualdades, como o acesso desigual ao sistema de saúde; mas é verdade também que trouxe à baila outras formas de injustiça incluindo o racismo institucional, a islamofobia e o colonialismo explorador, dentre tantos. Um exemplo foi a morte de George Floyd nos Estados Unidos, durante o período de lockdown no país, que desencadeou protestos contra a brutalidade da polícia na abordagem de corpos negros no país todo. Jenny L. Davis e Tony P. Love (2022, np) destacam que “Não há conexão intrínseca nem óbvia entre a longa pandemia global que provoca milhões de mortes e uma única abordagem policial que vitima uma pessoa. Ainda assim, a correlação entre a COVID-19 e George Floyd é indissociável.” No Canadá, a descoberta, durante a pandemia, de túmulos sem identificação adjacentes a antigos internatos também desencadeou um novo ajuste de contas com o passado do país e, finalmente, levou o Papa a se desculpar formalmente com os povos indígenas do Canadá pelos atos hediondos perpetrados pela igreja católica. Ele declarou, “eu sinto tristeza e indignação pelo papel que vários católicos, sobretudo aqueles responsáveis por educar, desempenharam em questões que causaram tanto sofrimento a vocês, pelas agressões que vocês sofreram, e a falta de respeito por sua identidade, sua cultura e até mesmo seus valores espirituais” (BROCKHAUS, 2022, np).

Embora a retratação do Papa, a pandemia, a inadequação do sistema de saúde e a morte de George Floyd pareçam muito distantes das salas de leitura e dos depósitos de arquivos, creio que os registros que mantemos e o acesso a eles que oferecemos têm um papel crucial na transparência democrática e na busca por um mundo mais inclusivo e igualitário. Em uma época de acentuada e crescente desigualdade social, é fundamental que nós, não somente protejamos os registros que mantemos, mas que também nos dediquemos a repensar nossas políticas, práticas e sistemas, para tornar nossos documentos acessíveis de fato, e para garantir a segurança dos arquivos e torná-los mais inclusivos e adequados às necessidades reais dos usuários mais vulneráveis.

Este artigo aborda brevemente a conexão entre democracia e arquivos e, em seguida, discute a ligação entre arquivos, justiça social e liberdade. Vou descrever como os arquivos oferecem suporte e, por vezes, impedem a justiça, e abordarei ainda o impacto emocional de se trabalhar com documentos que retratam a violência, abusos aos direitos humanos e injustiças. Em minha conclusão proporei um modelo de sistema de acesso baseado em relacionamento que vai auxiliar os pesquisadores que buscam criar um mundo mais igualitário.

Democracia, como sabido, é uma forma de governo regida pelas massas — é aquela em que cidadãos comuns definem como e por quem serão governados.

Não é fácil escolher representantes de governo para defender nossos interesses. John Dunn nos lembra que, “os cidadãos fazem sua escolha com base apenas naquilo que lhes é permitido saber,” (DUNN, 1999, p. 339) e que “a transparência democrática é inerentemente retrospectiva”. Costumamos responsabilizar nossos representantes e organizações públicos por atos passados, não ações futuras. E por conta desta ênfase nos atos passados, estruturas confiáveis para guardar registros (WAISER, 2014, p. 163) estão no cerne da prestação de contas do governo. Elizabeth Shepherd (2017, p. 5) comenta,

Os arquivos têm o potencial de transformar a vida dos indivíduos. Eles constituem ‘um baluarte indispensável da nossa democracia, nossa cultura, nossa comunidade e nossa identidade pessoal’. Eles são criados para facilitar a condução dos negócios e a prestação de contas, mas também garantem as expectativas da sociedade democrática por transparência e a proteção dos direitos, eles promovem os direitos dos cidadãos e são matéria prima da história e da memória”.

Sem dúvida, inspirador!

Jacques Derrida também destaca o nexo entre democracia e registros: “A democratização efetiva,” diz ele, “invariavelmente pode ser medida por este critério básico: a participação no arquivo, o acesso a ele, sua constituição e sua interpretação” (DERRIDA, 1996, p. 4). Derrida salienta que, sem acesso ao arquivo, democracias abertas, transparentes ou que permitam cobranças são ilusórias.

Arquivos só podem salvaguardar nossa democracia se os agentes de governo criarem registros, e quando os arquivos conseguem incluir, preservar e disponibilizar os registros que revelam os processos, práticas e por vezes as transgressões governamentais. Contudo, funcionários públicos com frequência deixam deliberadamente de registrar atividades para minimizar ou evitar produzir provas dos atos ilícitos cometidos por eles. Por exemplo, durante a Guerra do Vietnã, militares e funcionários públicos norte-americanos adotaram “um regime de silêncio” e sabidamente deixaram de produzir provas que acabariam por revelar seus crimes de guerra. Foi assim que os cidadãos norte-americanos—na maioria contrários à guerra—ignoraram os atos de seus representantes eleitos. David Wallace afirma, “processos de produção e arquivamento de registros tiveram um papel crucial em deturpar, acobertar e enterrar documentos históricos sobre uma ampla gama de atrocidades e crimes de guerra cometidos pelo norte-americanos contra os civis vietnamitas” (WALLACE, 2020, p.9).

Os Estados Unidos não estão sozinhos em ocultar ou deixar de criar registros. A pesquisa de Vincent Hiribarren (2017, p. 79) sobre os arquivos coloniais na Europa descobriu que

[...] antigas ditaduras europeias estão agora mais propensas a abrir seus arquivos coloniais do que países com uma tradição democrática ininterrupta [...visto que] os governos democráticos recém-formados costumam demonstrar maior empenho em salientar a diferença entre eles e seus antecessores.

Hiribarren (2017) sugere que os governos democráticos europeus que abriram seus arquivos coloniais – governos da Alemanha e da Itália, por exemplo – o fizeram porque eles documentam governos prévios agora impopulares, neste caso, nazistas e fascistas.

Ainda que os processos de arquivamento por vezes obscureçam ou ocultem documentos, os registros acessíveis podem revelar violações e desigualdades institucionais, bem como apoiar narrativas históricas, a identidade, o pleno reconhecimento humano e a justiça.

A justiça social é um conceito muito amplo; eu gosto da definição usada por David Wallace em um livro que ele, Rene Saucier, Andrew Flinn e eu coeditamos. A justiça social, disse ele, é a

visão de que todo ser humano tem valor incalculável e equivalente, [e tem] direito a compartilhar padrões de liberdade, igualdade e respeito. Esses padrões também se aplicam a formações sociais mais amplas, como comunidades e grupos culturais. Violações a tais padrões devem ser reconhecidas e confrontadas. (WALLACE, 2021, p.31)

Para tanto – e aqui estou parafraseando Wallace – temos de nos manter atentos e agirmos contra a desigualdade de poder, e mais ainda, identificar como tais desigualdades se manifestam nos arranjos institucionais e na dominação e opressão sistêmicas, porque as desigualdades sistêmicas e institucionalizadas do poder favorecem os interesses de alguns em detrimento dos de outros. É visível o impacto das desigualdades sistêmicas de poder na distribuição desproporcional de bens materiais, benefícios sociais, direitos, proteções e oportunidades. A justiça social busca:

- Reconhecimento humano total,
- Participação plena e igualitária,
- Redistribuição justa e equitativa de poder e benefícios, e
- Reconhecimento e reparação de desigualdades históricas.

Susan Opatow e Kimberly Belmonte (2016, p. 446) explicam:

arquivos que sobrevivem a regimes repressivos, juntamente com arquivos produzidos por ativistas e grupos de ativistas, têm sido usados em acusações de crimes de guerra e substanciando reivindicações de reparação legal às vítimas. Por exemplo, documentos arquivados permitiram que americanos e canadenses descendentes de japoneses — décadas após a Segunda Guerra Mundial — buscassem reparação pela desapropriação de suas propriedades e pelo envio de familiares para campos de trabalhos forçados.

Na última década, estudiosos de arquivologia, arquivistas e membros de associações de arquivologia analisaram e teorizaram sobre a interconexão entre arquivos e justiça, lançando luz sobre o potencial dos arquivos para embasar a libertação de povos oprimidos historicamente e contemporaneamente. Para descrever a relação entre arquivos e justiça, Chandre Gould e Verne Harris (2014) cunharam a expressão 'trabalho de memória liberador'. Eles afirmam que o trabalho de memória liberador

[...] refere-se à construção de uma paz justa e sustentável e da garantia da justiça social. Ele requer compromisso com uma longa caminhada e, se necessário, a transformação no modo de tomar conhecimento e de atuar e, na maioria dos casos, exige uma reestruturação do governo e da economia para corrigir desigualdades herdadas. (GOULD; HARRIS, 2014, p.3)

Pesquisas recentes revelaram o importante papel que os arquivos comunitários desempenham no trabalho de memória liberador. Andrew Flinn, Mary Stevens e Elizabeth Shepherd (2009, p. 73) definem arquivos comunitários como “coleções de materiais reunidos principalmente por membros de uma determinada comunidade e sobre os quais seus membros exercem algum nível de controle”. Flinn e Stevens (2009, p.3-4) explicam que “o ato de recuperar, narrar e então preservar a própria história não se resume a uma vaidade intelectual, nem pode ser desmerecido. o esforço de indivíduos e grupos para documentar sua história, sobretudo quando essa história tem sido subordinada ou marginalizada, é político e subversivo”.

Uma série de pesquisas focadas na natureza liberadora dos arquivos comunitários foi conduzida no Laboratório de Arquivos Comunitários da UCLA, na Califórnia, liderado por Michelle Caswel. Ela e seus colaboradores Marika Cifor e Mario H. Ramirez afirmam que os arquivos comunitários – em especial os arquivos de comunidades ativistas – combatem a aniquilação simbólica. Segundo eles, os arquivos comunitários facilitam um “pertencimento representacional”, termo esse que eles mesmos cunharam “para descrever formas pelas quais os arquivos comunitários empoderam as pessoas [que foram] marginalizadas pelos principais meios de comunicação e por instituições de memória”. Os arquivos comunitários empoderam essas pessoas com “autonomia e autoridade para estabelecer, implementar e refletir sobre sua presença de modo complexo, significativo, substantivo e positivo para elas, em uma variedade de contextos simbólicos” (CASWELL; CIFOR; RAMIREZ, 2016, p. 57).

Os arquivos comunitários fornecem evidências de que seus membros estão ali há um tempo considerável, que os membros dessas comunidades continuam lá e que pertencem a esse lugar. Os arquivos afirmam a identidade dos membros da comunidade e evidenciam suas atividades. Caswell e os colaboradores Jessica Tai, Jimmy Zavala, Joyce Gabiola e Gracen Brilmyer afirmam ainda que documentos de arquivos comunitários são “agentes geradores, sensíveis e dinâmicos” capazes de representar a identidade. Esses arquivos contêm “as vozes fantasmagóricas dos reprimidos, dos desconsiderados e dos marginalizados. Os documentos representam tanto a

identidade do indivíduo, como das comunidades, trazendo à luz o que antes era obscuro” (TAI *et al*, 2019, p. 18). Os arquivos comunitários promovem a narrativa e a manutenção da memória e, ao mesmo tempo, combatem a supremacia branca, a marginalização, a exclusão e o não reconhecimento. Eles promovem a memória liberadora voltada à justiça.

Outro exemplo de arquivos comunitários que promovem a narrativa, a manutenção da memória e o reconhecimento da plenitude humana de uma comunidade oprimida são os *Living Archives on Eugenics* (Arquivos vivos de eugenias), localizado na província de Alberta, no Canadá. Recentemente, Jefferson Sporn, Emily Herron e eu [Wendy Duff] publicamos um estudo sobre os arquivos vivos de eugenia criados para esclarecer a legislação e as políticas canadenses ocidentais que no passado legalizaram e tornaram rotineira a esterilização de portadores de “deficiência” intelectual. Acadêmicos, sobreviventes e parceiros da comunidade criaram um recurso online para facilitar o envolvimento da comunidade e a conscientização histórica, com ênfase especial no empoderamento dos sobreviventes da esterilização imposta pelo estado por meio de testemunhos orais (DUFF, SPORN, HERRON, 2019).

Descobrimos que esses arquivos revelam

as estruturas de poder que foram usadas para desumanizar pessoas com deficiência intelectual e colocaram em marcha o programa de eugenia em Alberta. O movimento de eugenia de Alberta perdurou e prosperou com base tanto na crença de que indivíduos portadores de deficiência intelectual não deveriam se tornar pais, quanto na intenção de garantir que tais pessoas não transmitissem seus genes. Isto é, visava ao apagamento da sua linhagem potencial. (DUFF; SPORN; HERRON, 2019, p. 156)

Usando histórias para confrontar criticamente os estereótipos de portadores de deficiência intelectual e adotando uma abordagem centrada em sobreviventes (CASWELL, 2014) os arquivos abordaram “narrativas nocivas que denotam que portar uma deficiência é algo vergonhoso, que portadores de deficiência não teriam sucesso como pais... e que a sociedade tem o direito de controlar” (DUFF; SPORN; HERRON; 2019, p. 157) as pessoas com deficiência. Ao confrontar tais crenças e estereótipos nefastos, os arquivos contaram uma história diferente.

A abordagem dos arquivos centrada em sobreviventes colocou em primeiro plano os relatos deles sobre a esterilização. Judy Lytton, membro da comunidade, explicou o impacto do projeto em sua autopercepção. Ela disse: “bem, eu me sinto muito melhor e aprendi a me aceitar como sou, eu atuo de

forma melhor na sociedade agora porque sinto que sou um deles. Sou normal porque me expressei e contei minha história. Eu sou um deles., O fato de ter enfrentado o confinamento a minha vida toda não significa que eu seja menos do que eles” (DUFF; SPORN; HERRON, 2019, p. 141). Para abalar as estruturas do não reconhecimento, do desrespeito e da marginalização dos canadenses portadores de deficiência, meu país ainda precisa reconhecer suas injustiças passadas — e os arquivos vivos sobre eugenia representam um primeiro passo nessa longa caminhada.

Embora os arquivos tenham o poder de gerar uma reação contrária às estruturas de não reconhecimento, por vezes, os sistemas de gestão de documentos criam barreiras à reparação. Esse foi o caso na África do Sul, no contexto da restituição de terras pós-apartheid. Em 1994, mesmo ano em que Mandela foi eleito, o governo sul-africano aprovou a Lei de Restituição do Direito à Terra para “permitir a restituição do direito à terra [... e] para estabelecer a Comissão de Restituição dos Direitos à Terra e o Tribunal de Reivindicações de Terras” (SOUTH AFRICA, 2014, p.3).

Os registros fundiários deveriam fornecer dados confiáveis sobre o histórico de propriedade das terras, porém, infelizmente, os registros feitos durante a época do apartheid geralmente eram muito tendenciosos. Em 1994, os processos de reivindicação de terras conferiram maior validade aos registros da era do apartheid do que às memórias individuais e comunitárias sobre a existência e os limites de terras e lares tradicionais. Anthea Josias (2021) observa que, paradoxalmente, o programa de restituição aferiu um elevado grau de credibilidade aos subprodutos administrativos dos sistemas colonial e do apartheid para os quais o processo de restituição de terras buscava reparação. Além disso, os processos de gestão de registros pós-apartheid prejudicaram os reclamantes de terras, porque a Comissão de Restituição de Direitos à Terra e o Tribunal de Reivindicações de Terras “não tinham uma infraestrutura adequada para garantir a manutenção de registros e gerenciar os enormes volumes de papel gerados nos processos de reivindicação” (JOSIAS, 2021) As deficiências nas estruturas e práticas de gestão de documentos resultaram em reivindicações conflitantes e impuseram barreiras à restituição. Embora algumas terras tenham sido devolvidas aos proprietários originais, o progresso é lento, em parte por conta da inadequação da gestão de documentos.

Como observei, os documentos — mesmo os tendenciosos — foram usados “em processos de crimes de guerra e fundamentaram as reivindicações legais das vítimas solicitando reparação” (OPOTOW; BELMONTE, p. 446). Entretanto, nas últimas quatro décadas, as estruturas baseadas em direitos que

fundamentam boa parte da luta por direitos humanos foram questionadas por estudiosas feministas. Em 1982, o trabalho inovador de Carol Gilligan (1982), “*Em uma voz diferente*”, revelou que os modelos tradicionais de desenvolvimento moral adotavam uma perspectiva masculina sobre objetividade e direitos, em vez de uma perspectiva feminina — que, por sua vez, estaria focada na empatia e na compaixão. Segundo Gilligan, as decisões embasadas na ética do cuidar deveriam substituir os julgamentos com base puramente na razão. Nel Noddings (2013) postula que, em uma relação que prioriza o cuidar, o cuidador demonstra *envolvimento*— isto é, pensar em alguém para melhor compreender essa pessoa. Noddings segue dizendo que o cuidador também demonstra *deslocamento motivacional*, sendo que o comportamento do cuidador é moldado pelas necessidades de quem está sendo cuidado. Como então se daria uma relação de cuidado – que inclui envolvimento e deslocamento motivacional – no contexto do arquivo? Michelle Caswell e Marika Cifor (2016) advogam a rejeição a um modelo de direitos individuais no trabalho com arquivos, propondo em seu lugar um modelo de empatia radical baseado em uma estrutura feminista da ética do cuidar. Elas destacam que “[em] uma abordagem da ética feminista, os arquivistas são encarados como cuidadores vinculados aos produtores de documentos, temas, usuários e comunidades, por meio de uma rede de responsabilidade afetiva mútua” (CASWELL; CIFOR, 2016, p. 23). Elas enfatizam ainda que os registros “não são o aspecto mais importante do trabalho arquivístico; as pessoas são”. (CASWELL; CIFOR, 2021, p. 2). Elas sugerem que os relacionamentos solidários forjados durante crises promovem a resiliência e a sobrevivência.

Arquivos e arquivistas têm priorizado as necessidades e preocupações dos produtores de documentos, doadores, usuários, bem como os temas dos arquivos antes de se incumbir de preservar os registros? (CASWELL; CIFOR, 2021). Uma análise das regras, regulamentos, processos e sistemas de acesso arquivísticos, creio eu, aponta que não.

A maioria dos processos e práticas de arquivamento prioriza a preservação e a segurança de seus documentos, em detrimento do cuidado com os usuários e o conforto deles, de acordo com Eric Ketelaar (2006). Ele ressalta a natureza controladora e opressiva das salas de leitura de arquivos, onde conhecimento e o poder permanecem nas mãos dos arquivistas. Regras, regulamentos e protocolos de arquivo geralmente exigem que os usuários apresentem documentos de identificação, que se registrem e guardem seus pertences em armários na entrada. Depois de concluído o registro, o olhar atento de um arquivista segue monitorando o comportamento dos usuários. Ketelaar (2006, p.5) esclarece que,

Na maioria das salas de consulta, o arquivista de plantão fica sentado em uma plataforma elevada, que lhe permite ter uma visão panóptica, global e individualizada, de cada um dos 'internos' da sala de consulta. Cada usuário ainda fica sujeito aos olhares dos demais usuários e dos funcionários do arquivo. Ninguém escapa dessa vigilância nem do ritual rigoroso da sala de consulta.

A sala de leitura oferece pouco suporte para quem enfrenta o luto, o trauma e a tristeza por tantas vezes associados à busca por justiça social. Além disso, as salas de leitura não correspondem ao tipo de ambiente preferido pela maioria das comunidades ou por grupos familiares. Krista McCracken e Skylee-Storm Hogan (2021, p. 101) explicam que

as salas de leitura são projetadas para tipos específicos de pesquisa; elas são austeras, silenciosas e têm aparência estéril. Não há espaço para consultas em família ou de membros da comunidade e pouquíssimos arquivos permitem a realização por exemplo de práticas culturais indígenas, como a defumação.

Elas sugerem que a arquitetura dos arquivos nacionais do Canadá

tem aparência fria, dura e formal. Os ambientes têm pé direito alto, os saguões de entrada são grandiosos e os detalhes em latão ... deixam claro para o visitante que aquele é um espaço impregnado de história e de formalidade, parte integrante da estrutura do poder governamental. (MCCRACKEN; HOGAN, 2021, p.101)

Não são espaços receptivos e acolhedores adequados a usuários em busca de respostas.

Nossos sistemas de acesso frequentemente também não atendem às necessidades de muitos usuários de arquivos e, por vezes, tornam a ferir e traumatizar os usuários que buscam justiça. Kristin Wright (2019) expressou profunda preocupação com a prática arquivística de reproduzir a histórica linguagem racista, pois esta pode insultar e afastar usuários em potencial. Ela argumenta que “a reprodução não-problematizada ou desprovida de crítica de um linguajar degradante e ofensivo em catálogos ou ferramentas de busca aumenta potencialmente a sensação de distância do usuário e [sua percepção] de não-pertencimento” (WRIGHT, 2019, p.335). Hazel Carby (2020), uma estudiosa negra, afirma ter experienciado o afastamento que Wright descreve. Carby escreveu sobre sua experiência nos Arquivos Nacionais do Reino Unido ao acessar os registros do Cartório de Registro de Escravos Coloniais e da Comissão de Indenização de Escravos:

Eu me senti afetada com a linguagem do sistema de classificação, a linguagem da dissimulação que fui obrigada a acompanhar. Eu contesto os termos e condições que moldaram o mundo em que esses documentos foram elaborados. Preciso de uma linguagem diferente, de um mapa diferente, de diferentes verdades. ... A linguagem dos arquivos é capciosa, a duplicidade confere um peso terrível à pesquisa. (CARBY, 2020, np)

Portanto, de que maneira os arquivos podem remover as barreiras que se refletem em nossas práticas, nossos espaços físicos e nossos sistemas de acesso? Como descolonizar nossos arquivos e criar uma atmosfera de pertencimento? Kimberley Christen e Jane Anderson (2019, p. 90) propõem um modelo de “arquivo lento”, um tipo de estrutura temporal que abre espaço e prioriza a compreensão de “como o conhecimento é produzido, circulado e compartilhado por meio de uma série de relacionamentos”. Arquivistas têm grande dificuldade para abdicar do poder e renunciar à propriedade, mesmo quando se busca a colaboração e reciprocidade por parte das comunidades. A estrutura de arquivos lentos estimula os arquivistas “a desfazer, refazer e reconstruir estruturas que de forma significativa e recíproca obriguem a ver, ouvir e habilitar diferentes formas de conhecer, existir e se relacionar, por meio de condições temporais variadas”. Os arquivistas devem adotar um novo “ecossistema de arquivo que enfatize conexões e o cuidado” (CHRISTEN; ANDERSON, 2019, p.111).

O trabalho liberador da memória requer novos ecossistemas de arquivo, formas novas de pensar, novos sistemas de conhecimento e novas formas de agir. Tal ecossistema deve priorizar a construção de relacionamentos mais fortes, forjar conexões mais profundas e estreitar as colaborações com aqueles que procuram nossos arquivos em busca de justiça. O ecossistema de relacionamentos deve se embasar em respeito, reciprocidade, confiança, aprendizado, humildade e cuidado. Para construir esse ecossistema, os arquivistas precisam abdicar de seu poder, aprender com as respectivas comunidades e fazer uma reflexão crítica sobre os processos, práticas e protocolos arquivísticos. Novos sistemas de acesso liberadores devem incorporar a linguagem e o conhecimento de nossos parceiros da comunidade e facilitar o aprendizado, as interações e a reflexão. No meu estudo atual, uma arquivista compartilhou como ela disponibiliza referências a membros das comunidades indígenas. Ela detalhou um novo modelo de referência baseado em relacionamento que testou em seus arquivos.

Eu jamais perguntaria: “Do que você precisa?” Mas sim dizia: “Obrigado por vir aqui hoje, você tem um tempinho para um papo?” E então

nos sentávamos e começávamos a conversar. E parte disso tem a ver com conquistar a confiança, porque eu representava... Eu representava aquela instituição que já vinha com uma bagagem e tanto para eles; e precisava de muita coragem para entrar por aquela porta; e não só isso, na verdade quase sempre as pessoas não têm ideia do que precisam, os arquivos não são muito eficientes em oferecer transparência e comunicar ao público seu conteúdo. Então, quando perguntamos a alguém: "Do que você precisa?", de fato, a resposta seria: "Preciso saber sobre minha família". Assim, dá para prever que é exatamente por isso que alguém vai até lá.

Então, como eu disse, essa era a minha abordagem; nós nos sentávamos para conversar um pouco e às vezes eles nem mencionavam os arquivos. Eles não explicavam o motivo de terem ido lá. Eles me contavam sobre os netos, ou seu passado, ou sua experiência no internato, e daí talvez voltassem em outra ocasião para fazer seus questionamentos. Por isso, eu sempre dizia: "Ótimo, vamos nos conhecer um pouco. Quero deixar você a vontade aqui." E se eles tomassem a iniciativa e solicitassem assistência ou apoio, ou mesmo algo mais específico; se, por exemplo, mencionassem um Ancião ou uma pessoa mais velha, talvez não um Ancião—, mas um primo ou outras pessoas também interessadas, eu diria a eles: "Bem, se existe um grupo de interessados, por que não reunimos todos uma hora dessas e conversamos todos juntos? Eu poderei orientar a todos como acessar esses registros, e podemos até fazer isso em grupo." Como tudo, para os povos indígenas, costuma ser voltado para a família e priorizar o relacionamento, essa abordagem de fato pareceu ter ressonância com eles."

Sugiro que um sistema de acesso liberador seja um sistema de acesso baseado no relacionamento. Um sistema que permita compartilhar, proteger e investir tempo um no outro. Trata-se de um "arquivo lento" pois requer tempo para aprender, ganhar confiança e construir relacionamentos e cuidados. Isso não se dá da noite para o dia e não se efetivará se limitarmos nossas interações aos típicos 15 ou 20 minutos de troca de referências.

Para descolonizar os arquivos, temos de refletir sobre sua arquitetura, a distribuição da planta, os protocolos, regras, processos, sistemas descritivos, noções de propriedade, teorias de confiabilidade, definições de proveniência e as muitas formas pelas quais nossas práticas impõem barreiras à justiça. Precisamos desconstruir nossos sistemas atuais, aceitar diferentes formas de saber, e criar um novo ecossistema baseado nos "princípios do respeito, honestidade, sabedoria, coragem, humildade, amor e verdade" (NATIONAL CENTRE..., 2023, np). Precisamos de ambientes silenciosos e, também, dos barulhentos — ambientes para conversar, ambientes colaborativos, e locais

para rir e chorar. O trabalho liberador da memória é doloroso. Precisamos responder o chamado de Michelle Caswell (2020, p. 153) para

levar as emoções a sério *juntamente com uma análise do poder*, para reconhecê-las como bases válidas para o conhecimento; como bases válidas para a teoria e prática arquivísticas e, sobretudo, para abordar as emoções não apenas no âmbito da vida pessoal, mas também das estruturas opressivas do poder dominante.”

Eu argumento que precisamos levar nossos relacionamentos a sério também. Precisamos aceitar que os seres humanos são relacionais e interdependentes. Precisamos colocar nossos usuários, suas ansiedades, sentimentos e trabalho na vanguarda das questões arquivísticas.

Precisamos capacitar os arquivistas em práticas que levem em conta o trauma, e precisamos oferecer apoio a nossos usuários quando enfrentarem a dor e a mágoa que muitas vezes acompanham esse trabalho. A busca pela justiça social, a busca pela memória liberadora, ambas são desafiadoras, árduas e complexas. Essa batalha incomoda, causa dor, traumatiza e aborrece. Por vezes, no entanto, essas emoções também nos estimulam a combater as injustiças e o racismo sistêmicos e a ajudar a construir um mundo melhor. Payam Akhavan, promotor da ONU e estudioso de direitos humanos, argumenta que o trabalho de justiça social, “sempre nasce com a dor lancinante da injustiça. Para nos tornarmos dignos de servir a humanidade, devemos primeiro nos abrir, de maneira que a luz invencível consiga penetrar nossa alma. Sem experimentar o sofrimento, sem acender uma chama ardente no espírito, será impossível alguém se lançar nessa incrível caminhada em busca de um mundo melhor.”

O trabalho de memória liberador é difícil e muitas vezes penoso, mas convido você a se juntar a mim nesta caminhada. Vamos nos empenhar para descolonizar nossos arquivos, compartilhar o poder e privilégio de que dispomos, ouvir os relatos de nossos parceiros e estabelecer laços fortes baseados em confiança, respeito, trocas, cordialidade, reciprocidade, humildade e cuidado. Trata-se de uma jornada longa, mas absolutamente fundamental.

REFERÊNCIAS

BROCKHAUS, H. Pope Francis expresses ‘sorrow and shame’ for Catholic role in abuse against Indigenous peoples. **Catholic News Agency**. Vatican City, 2022. Disponível em:

<https://www.catholicnewsagency.com/news/250857/pope-francis-expresses-sorrow-and-shame-for-catholic-role-in-abuse-against-indigenous-peoples>

CARBY, H. The National Archives. **Invisible Culture**: an electronic journal for visual culture. v.31, 2020. Special Issue: Black studies now and the countercurrents of Hazel Carby. Disponível em:
<https://ivc.lib.rochester.edu/the-national-archives/#menuopen>

CASWELL, M. Feeling liberatory memory work: on the Archival Uses of joy and anger. **Archivaria**, v. 90, 2002, p. 148-164. Disponível em:
<https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13763>

CASWELL, M. Toward a Survivor-Centered Approach to Human Rights Archives: Lessons from Community-Based Archives. **Archival Science**, V.14, n.3-4, 2014, p.307-322. Special Double Issue on Human Rights Archives. Disponível em:
<https://link.springer.com/article/10.1007/s10502-014-9220-6>

CASWELL, M.; CIFOR, M. From Human Rights to Feminist Ethics: Radical Empathy in the Archives”. **Archivaria**, v. 81 (Spring 2016). Disponível em:
<https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13557>

CASWELL, M.; CIFOR, M. Revisiting A Feminist Ethics of Care in Archives: An Introductory Note. **Journal of Critical Library e Information Studies**. V. 3, n. 2, 2021. Special Issue: Radical Empathy in Archival Practice. Disponível em:
<https://doi.org/10.24242/jclis.v3i2.162.ISSN: 2572-1364>

CASWELL, M.; CIFOR, M. RAMIREZ, M. H. “To Suddenly Discover Yourself Existing”: Uncovering the Impact of Community Archives. **The American Archivist**, v. 79, n.1, 2016, p.56–81. Disponível em:
<https://doi.org/10.17723/0360-9081.79.1.56>

CHRISTEN, K.; ANDERSON, J. Anderson. Toward slow archives. **Archival Science**, v. 19, 2019, p. 87–116. Disponível em:
<https://doi.org/10.1007/s10502-019-09307-x>

DAVIS, J. L.; LOVE, T. P. “Intersecting matters: #GeorgeFloyd and #COVID19” **First Monday**, V. 27, n. 4 – 4, abr. 2022. Disponível em:
<https://dx.doi.org/10.5210/fm.v27i4.12581>

DERRIDA, J. **Archive Fever**: A Freudian Impression. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1996.

DUFF, W. SPORN, J. HERRON, E. Investigating the Impact of the Living Archives on Eugenics in Western Canada. **Archivaria**, v. 88, nov 2019. p.122-161. Disponível em:
<https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13701>

DUNN, J. Situating Democratic Political Accountability. In: PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. C.; MANIN, B. (eds.), **Democracy, Accountability and Representation**. Cambridge, 1999, p. 339.

FLINN, A.; STEVENS, M. 'It is noh mistri, wi mekin histori'. Telling our own story: independent and community archives in the UK, challenging and subverting the mainstream". In: BASTIAN, J. ALEXANDER, B. (eds). **Community archives: the shaping of memory**. Londres: Facet, 2009.

FLINN, A.; STEVENS, M.; SHEPHERD, E. "Whose Memories, Whose Archives? Independent Community Archives, Autonomy and the Mainstream," *Archival Science*, v. 9, n.71, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10502-009-9105-2>.

GILLIGAN, C. **In a Different Voice: psychological theory and women's development**. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

GOULD, C.; HARRIS, V. Memory for Justice. **Johanesburgo/SA: Nelson Mandela Foundation**, 2014. Disponível em: https://www.nelsonmandela.org/uploads/files/MEMORY_FOR_JUSTICE_2014v2.pdf

HIRIBARREN, V. Hiding the Colonial Past? A Comparison of European Archival Policies. In: LOWRY, J. (Ed). **Displaced Archives**. London: Routledge Press, 2017 pág. 79.

JOSIAS, A. Archives, records, and land restitution in South Africa" In: WALLACE, D.A., DUFF, W. SAUCIER, R. FLINN, A (eds.). **Archives, Recordkeeping and Social Justice**. London, Taylor & Francis, 2021.

KETELAAR, E. The panoptical Archive. **ResearchGate**, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/290948696_The_panoptical_archive

MCCRACKEN, K.; HOGAN, S. Laughter Filled the Space: Challenging Euro-Centric Archival Spaces. *International Journal of Information Diversity and Inclusion*, v.5, n.1, 2021. Disponível em: <https://jps.library.utoronto.ca/index.php/ijidi/article/view/34648/27397>

NATIONAL CENTRE FOR TRUTH AND RECONCILIATION. **About the Archives**. Winnipeg/CA: University of Manitoba, 2023. Disponível em: <https://nctr.ca/records/view-your-records/archives/>

NODDINGS, N. **Caring: A Relational Approach to Ethics and Moral Education**, 2ª ed. Atualizada. Berkley, CA: University of California Press, 2013), 4.

OPOOTOW, S.; BELMONTE, K. Archives and Social Justice Research; In: SABBAGH, C.; SCHMITT, M.(eds) **Handbook of Social Justice: Theory and Research**. New York: Springer, 2016.

SHEPHERD, E. Preface. In **Archives and Archivists in 20th Century England**. London: Routledge, 2017.

SOUTH AFRICA. Restitution of Land Rights Act. **South Africa Government Gazette**, 25 nov 1994, p. 3, 1994. Disponível em: https://www.gov.za/sites/default/files/gcis_document/201409/act22of1994.pdf

TAI, J.; ZAVALA, J.; GABIOLA, J.; BRILMYER, G.; CASWELL, M. "Summoning the Ghosts: Records as Agents in Community Archives," **Journal of Contemporary Archival Studies**: vol. 6, 2019, art. 18. Disponível em: <https://elischolar.library.yale.edu/jcas/vol6/iss1/18>

UNITED NATIONS. **COVID-19 and Human Rights**: We are all in this together. 2022. Disponível em: <https://unsdg.un.org/sites/default/files/2020-04/COVID-19-and-Human-Rights.pdf>

WAISER, B. "Integrity and Accountability: Why It Matters". **Archivaria**, v. 78, nov. 2014. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13501>

WALLACE, D. A. A Reservoir of No Viability? The Documentary Politics of US Atrocities and War Crimes in Vietnam. In: BASTION, J.; YAKEL, E. (eds) **Defining a Discipline**: Archival research and Practice in the 21st Century: essays in honour of Richard J Cox. Chicago: SAA, 2020.

WALLACE, D.A Defining the relationship between archives and social justice. In: WALLACE, D.A., DUFF, W. SAUCIER, R. FLINN, A (eds.). **Archives, Recordkeeping and Social Justice**. London, Taylor & Francis, 2021.

WRIGHT, K. Archival interventions and the language we use. **Archival Science** v. 19, 2019, p. 331–348. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10502-019-09306-y>